



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007828-76.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **EDEMIR CARLOS MORETTI**
 Requerido: **ALINE CLAUDIA ALUMINO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido uma motocicleta a Cícero Florentin da Silva, o qual presentearia a ré, sua mulher.

Alegou ainda que o pagamento não foi completado, de sorte que almeja a que seja transferido o veículo de seu nome.

A ação foi inicialmente promovida também contra Cícero, mas o autor realizou pedido de desistência a propósito (fl. 15), devidamente homologado (fl. 18), e em consequência se analisa a postulação apenas em face da ré.

Com essa ressalva, fica claro na contestação de fl. 19 que a ré não teve ligação com a transação em apreço.

Esta teria sido realizada por seu ex-marido, Cícero, e a única participação da ré consistiu em fazer dois pagamentos ao autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante dessa divergência, o autor foi instado a fazer prova de sua versão, sob pena de se reputar que a ré realmente não teve liame com os fatos (fl. 20), mas não demonstrou interesse a tanto (fl. 25).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição do pedido inicial.

O autor desde o início aventou que vendera a motocicleta para o ex-marido da ré e quando ela deixou claro que não participou do negócio não se aproveitou para fazer prova em sentido contrário.

Conclui-se, pois, na esteira do que já fora aventado a fl. 20, que não poderá a ré ser responsabilizada por ato que não praticou.

Restarão ao autor as providências que reputar cabíveis contra Cícero, não podendo aqui ser resolvida a pendência apresentada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**